

## CADERNO DE ENCARGOS

### PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AJUSTE DIRETO

#### **"REPARAÇÃO DAS ESTANTES ROLANTES DO ARQUIVO MUNICIPAL"**

Valor Base: €13.592,71

Prazo de execução: 60 dias

Concurso por Ajuste Direto nos termos da alínea d) do n.º 1 do art.º 20º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de Agosto, na redação vigente.



*Município de Bombarral*

- Processo n.º 82/ADG/2021 -

REPARAÇÃO DAS ESTANTES ROLANTES DO ARQUIVO MUNICIPAL

CADERNO DE ENCARGOS

*[Handwritten signature]*

## ÍNDICE

### CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

- 1- Objeto
- 2- Contrato
- 3- Prazo
- 4- Gestor do Contrato

### CAPÍTULO II OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

- 5- Obrigações principais do prestador de serviços
- 6- Prazo da prestação de serviços
- 7- Conformidade e garantia técnica
- 8- Objeto do dever de sigilo
- 9- Prazo do dever de sigilo
- 10- Preço base e contratual
- 11- Condições de pagamento

### CAPÍTULO III PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO

- 12- Penalidades contratuais
- 13- Força maior
- 14- Resolução por parte do contraente público
- 15- Resolução por parte do prestador de serviços

### CAPÍTULO IV RESOLUÇÃO LITIGIOS

- 16- Foro competente

### CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES FINAIS

- 17- Subcontratação e cessão da posição contratual
- 18- Comunicações e notificações
- 19- Contagem dos prazos
- 20- Legislação aplicável

## PARTE II – Especificações Técnicas



**CADERNO DE ENCARGOS**

**Parte I**

**Cláusulas Jurídicas**

**Capítulo I**

**Disposições gerais**

**Cláusula 1.ª**

**Objeto**

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a **Reparação das Estantes Rolantes do Arquivo Municipal**, de acordo com as especificações técnicas constantes na Parte II deste caderno de encargos.

**Cláusula 2.ª**

**Contrato**

- 1 - O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
- 2 - O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
  - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
  - c) O presente Caderno de Encargos;
  - d) A proposta adjudicada;
  - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
- 3 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
- 4 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

**Cláusula 3.ª**

**Prazo**

O contrato mantém-se em vigor até à conclusão dos serviços em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.



*[Handwritten signature]*

Cláusula 4.<sup>a</sup>

**Gestor do Contrato**

Para efeitos do disposto no artigo 290.º-A do CCP, para acompanhamento do contrato é designado como gestor, a Coordenadora Técnica Raquel Pedro.

Capítulo II

**Obrigações contratuais**

Secção I

**Obrigações do prestador de serviços**

Subsecção I

**Disposições gerais**

Cláusula 5.<sup>a</sup>

**Obrigações do prestador de serviços**

**1** - Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações:

- a)** Obrigação de prestar os serviços identificados na sua proposta;
- b)** Obrigação de garantia dos serviços.

**2** – A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 6.<sup>a</sup>

**Prazo da prestação dos serviços**

Após assinatura do contrato e de cumpridos todos os preceitos legais, a prestação dos serviços deve ter início logo que o Município garantir as condições necessárias para o prestador de serviços iniciar os respetivos trabalhos, os quais deverão estar concluídos no prazo máximo de 60 dias.

Cláusula 7.<sup>a</sup>

**Conformidade e Garantia Técnica**

O prestador de serviços fica sujeito, com as devidas adaptações e no que se refere aos elementos ou bens entregues ao Município de Bombarral em execução do contrato, às exigências legais, obrigações do prestador de serviços e prazos aplicáveis aos contratos de aquisição de bens móveis, nos termos do Código dos Contratos Públicos e demais legislação



Handwritten signature and initials.

aplicável.

Subsecção II  
**Dever de sigilo**

Cláusula 8.<sup>a</sup>

**Objeto do dever de sigilo**

- 1 – O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, relativa ao Município de Bombarral, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
- 2 – A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
- 3 – Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes

Cláusula 9.<sup>a</sup>

**Prazo do dever de sigilo**

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 3 anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Secção II  
**Obrigações do Município de Bombarral**

Cláusula 10.<sup>a</sup>

**Preço base e contratual**

- 1 - Pela prestação de serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município do Bombarral deve pagar ao prestador de serviços o valor da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido;
- 3- O preço base do procedimento é de **13.592,71 (treze mil, quinhentos e noventa e dois euros e setenta e um cêntimo)**, a acrescer do IVA à taxa legal em vigor. O preço base entende-se como o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas



*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten initials]*

as prestações que constituem o objeto do contrato a celebrar.

4 - O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Município de Bombarral, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 11.<sup>a</sup>

**Condições de pagamento**

1 - A(s) quantia(s) devidas pelo Município de Bombarral, nos termos da cláusula anterior, deve(m) ser paga(s) no prazo máximo de 60 dias após a receção da(s) respetiva(s) fatura(s), a(s) qual(ais) só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.

2 - Em caso de discordância, por parte do Município de Bombarral, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

Capítulo III

**Penalidades contratuais e resolução**

Cláusula 12.<sup>a</sup>

**Penalidades contratuais**

1 - Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Bombarral pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

- a) Pelo incumprimento das obrigações contratuais, até ao valor de 10% do preço contratual.
- b) Em caso de resolução do contrato por incumprimento do prestador de serviços, a Câmara Municipal de Bombarral pode exigir-lhe uma pena pecuniária até ao valor de 50 % do preço contratual.

2 – Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Bombarral tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.

3 – O Município de Bombarral pode compensar os pagamentos devidos ao prestador de serviços com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

4 – As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de Bombarral exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 13.<sup>a</sup>

**Força maior**

1 - Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como



*[Handwritten signature]*

incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

**2 -** Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

**3 -** Não constituem força maior, designadamente:

- a)** Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
- b)** Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c)** Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d)** Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
- e)** Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f)** Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
- g)** Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

**4 -** A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

**5 -** A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

#### Cláusula 14.<sup>a</sup>

##### **Resolução por parte do contraente público**

**1 -** Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Município de Bombarral pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de



*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten mark]*

forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:

a) Pelo atraso na prestação/entrega dos serviços contratados, por período superior a dois meses;

b) Pela não prestação/entrega dos serviços contratados, mediante declaração escrita do prestador de serviços de que o atraso respetivo excederá esse prazo;

2 - O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços.

#### Cláusula 15.<sup>a</sup>

##### **Resolução por parte do prestador de serviços**

1 – Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o prestador de serviços pode resolver o contrato quando:

a). Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 6 meses ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.

2 – O direito de resolução é exercido por via judicial.

3 – Nos casos previstos na alínea a) do nº1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao Município de Bombarral, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas de juros de mora a que houver lugar.

4 – A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo prestador de serviços, cessando, porem todas as obrigações deste ao abrigo do contrato [com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos].

#### Capítulo IV

##### **Resolução de litígios**

#### Cláusula 16.<sup>a</sup>

##### **Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, com expressa renúncia a qualquer outro.

#### Capítulo V

##### **Disposições finais**

#### Cláusula 17.<sup>a</sup>

##### **Subcontratação e cessão da posição contratual**

A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das



*[Handwritten signature]*

partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

**Cláusula 18.<sup>a</sup>**

**Comunicações e notificações**

- 1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
- 2 - Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

**Cláusula 19.<sup>a</sup>**

**Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

**Cláusula 20.<sup>a</sup>**

**Legislação aplicável**

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

**PARTE II - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

- 1 - Desmontagem de 4 sistemas de estantes compactas móveis e remoção do chão de compensação em aglomerado de madeira existente;
- 2 - Montagem dos 4 sistemas de estantes compactas móveis e fixação de rampas em aço galvanizado nos rails, com nivelamento por placas de poliestireno de alta resistência ao peso, com um sistema dentado que permite um perfeito nivelamento inferior dos rails;
- 3 - Acréscimo de um 3º rail no pavimento, que deverá contemplar o seguinte:
  - a) 20mt de rails planos em aço galvanizado;
  - b) 49 vigas transversais;
  - c) 24 rodas guia em aço galvanizado;
  - d) 480 suportes verticais (garras)ilhargas;
  - e) 720 clips de união ilhargas;
  - f) 120mt de rampas em aço galvanizado.
- 4 - A retirada de pastas e outros objetos que se encontrem nas zonas a intervencionar, serão previamente retirados pelos funcionários do Município de Bombarral, assim como deverá ser garantida a libertação de espaço para estacionamento dos componentes desmontados.



Paços do Município, 22 de novembro de 2021.

**TERMO DE APROVAÇÃO**

Elaborado por

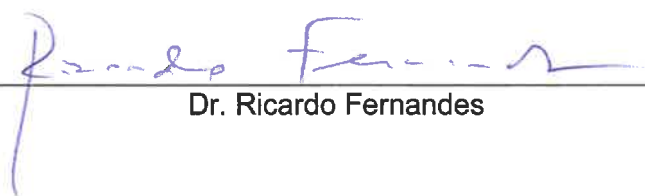
Susan Grosso:

(Assistente Técnica)



**APROVADO**

O Presidente da Câmara Municipal,

  
Dr. Ricardo Fernandes